



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<b>Preâmbulo.</b>	
O Município de <b>PAULO AFONSO/BA</b> , através da Secretaria de Administração Municipal com endereço à Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, por meio do setor de Licitações, através do(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 619 de 13 de agosto 2025, com autorização do Superintendente de Compras, Licitações, Contratos e Convênios, de acordo com os Decretos nº. 363 de 22 de maio de 2025, o Decreto nº. 6.362 de 28 de março de 2023, torna público e leva ao conhecimento dos interessados, na forma da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.	
<b>I Órgão(s) Interessado(s)/Requisitante(s).</b>	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	
<b>II Modalidade</b>	<b>III Processo Administrativo.</b>
Pregão Eletrônico – nº.90047/2026	Nº 001522/000133/2025
<b>IV Tipo de Licitação.</b>	<b>V Regime de Execução.</b>
( <input type="checkbox"/> ) Por Lote; ( <input type="checkbox"/> ) Por Item; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Global.	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Indireta; ( <input type="checkbox"/> ) Direta.
<b>VI Critério de Julgamento.</b>	<b>VII Forma de Fornecimento.</b>
( <input checked="" type="checkbox"/> ) Menor Preço; ( <input type="checkbox"/> ) Maior Desconto; ( <input type="checkbox"/> ) Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico; ( <input type="checkbox"/> ) Técnica e Preço; ( <input type="checkbox"/> ) Maior Retorno Econômico; ( <input type="checkbox"/> ) Maior Lance.	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Parcelada; ( <input type="checkbox"/> ) Integral.
<b>VIII Modo de Disputa.</b>	<b>IX Inversão de Fases.</b>
( <input checked="" type="checkbox"/> ) Aberto; ( <input type="checkbox"/> ) Fechado; ( <input type="checkbox"/> ) Aberto e Fechado; ( <input type="checkbox"/> ) Fechado e Aberto.	( <input type="checkbox"/> ) Sim; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não.
<b>X Prazo de Vigência.</b>	<b>XI Prazo de Execução.</b>
12(doze) meses	Conforme o TR.
<b>XII Cota Exclusiva ME/EPP.</b>	<b>XIII Prazo para Impugnar Edital.</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<input type="checkbox"/> Sim; <input checked="" type="checkbox"/> Não.	03 (três) dias úteis.
<b>XIV Tratamento Diferenciado LC123/2006.</b>	<b>XV Abrangência.</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Sim; <input type="checkbox"/> Não.	<input checked="" type="checkbox"/> Nacional; <input type="checkbox"/> Internacional.
<b>XVI Licitação Local.</b>	<b>XVII Licitação Regionalizada.</b>
<input type="checkbox"/> Sim; <input checked="" type="checkbox"/> Não.	<input type="checkbox"/> Sim; <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>XVIII Consórcio.</b>	<b>XIX Garantia para Licitar.</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Sim; <input type="checkbox"/> Não.	<input type="checkbox"/> Sim; <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>XX Amostras</b>	<b>XXI Catálogos</b>
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não.	<input type="checkbox"/> Sim; <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>XXII Visita Técnica</b>	<b>XXIII Tipo de Regime de Execução de obras e serviços de engenharia</b>
<input type="checkbox"/> Sim; <input checked="" type="checkbox"/> Não.	<input checked="" type="checkbox"/> Empreitada por Preço Unitário; <input type="checkbox"/> Empreitada por Preço Global; <input type="checkbox"/> Integrada; <input type="checkbox"/> Semi-integradas; <input type="checkbox"/> Por Tarefa; <input type="checkbox"/> Fornecimento e Prestação de Serviço Associado; <input type="checkbox"/> Não
<b>XIV Objeto.</b>	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.	
<b>XXV Credenciamento</b>	
Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.	
As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>

**IMPORTANTE:** É de responsabilidade EXCLUSIVA do licitante interessado, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente Edital.

XXVI Data.	XXVII Horário.
01/06/2026	08h:00Min.
XXVIII Início do Acolhimento da Proposta.	XXIX Fim do Acolhimento da Proposta.
18/05/2026 – 08h:00Min.	01/06/2026 – às 07h:59Min.
XXX Sistema de Registro de Preços.	
( ) Sim ( X ) Não.	
XXXI Dotação Orçamentária.	
<p><b>Órgão:</b> 12 – Secretaria Municipal de Saúde</p> <p><b>Unidade Orçamentária:</b> 1201 – Fundo Municipal de Saúde.</p> <p><b>Atividade:</b> 2055 – Manutenção das Atividades da Atenção Primária</p> <p>2057 – Manutenção das Atividades do MAC</p> <p>2061 – Manutenção das Atividades da Atenção Especializadas</p> <p>2063 – Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde</p> <p>2058- Manutenção das Atividades do CEO</p> <p><b>Elementos de Despesa:</b> 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica</p> <p><b>Fonte de Recurso:</b> 1500.1002 - Recursos Não Vinculados de Impostos – 15%;</p> <p>1600.0000- SUS Federal – Bloco de Manutenção das ASPS</p>	
XXXII Processamento da Licitação.	
<p>A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <a href="https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp">https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp</a> - (UASG 983781)</p>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<b>XXXIII Estimativa de Preços.</b>	
Conforme estabelecido no Termo de Referência -TR.	
<b>XXXIV Edital, Anexos e meios de informação.</b>	
<p>As informações, impugnações e pedidos de esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento dos interessados em participar deste certame serão prestados pelo(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.</p> <p>Os pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações OBRIGATORIAMENTE devem ser enviados ao Pregoeiro, por meio de EMAIL para o endereço eletrônico <a href="mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br">licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br</a>, dentro do prazo previsto neste Edital.</p> <p>O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <a href="https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp">https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp</a>- <b>(UASG 983781)</b>, pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do com endereço eletrônico <a href="mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br">licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br</a></p>	
Filipe Alexandre Lima e Silva	
<b>Pregoeiro(a).</b>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**Índice**

1.	EDITAL.....	6
2.	DO OBJETO .....	6
3.	DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	7
4.	DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	7
5.	DO CREDENCIAMENTO .....	13
6.	DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS ME/EPP E EQUIPARADOS. ....	14
7.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	19
8.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	22
9.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	25
10.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	30
11.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	35
12.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	39
13.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	40
14.	DOS RECURSOS .....	41
15.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	43
16.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	46
17.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	47
18.	DO FORO .....	49



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**1. EDITAL**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BAHIA, através do Setor de Compras, licitações Contratos, bem como pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CONTRAT, localizada no Centro Administrativo Municipal de Paulo Afonso - Bahia, situada na Avenida Apolônio Sales, n. 925 – Bairro Centro, CEP 48.608-901, Telefones (75) 3281-3011, torna público, para conhecimento de todos ou a quem possam interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento estabelecidos no preâmbulo, com a finalidade de contratação do objeto descrito(s) no item 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, onde o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema compras do Governo Federal - COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781).

O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781), pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do endereço eletrônico [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br).

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições na forma da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º. 619/2025, do Decreto Municipal n.º. 052/2025, do Decreto Municipal n.º. 6362/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º. 147/2014, do Decreto Municipal n.º. 266/2023, do Decreto Municipal n.º. 455/2021, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

**2. DO OBJETO**

2.1 O objeto do presente Edital é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.**

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

2.2 A licitação será processada conforme estabelecido no Preâmbulo, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotos for de seu interesse.

**3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Em se tratando de Registro de Preços, estabelecidas no preâmbulo deste Edital, as regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), Certificado Digital ICP-Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. Poderão participar desta Licitação empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, e, que atenderem as condições exigidas constantes neste Edital e seus Anexos, e, que;

4.2.1. Caso seja exigido a **GARANTIA DE PROPOSTA**, destacado no preâmbulo deste Edital, correspondendo a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, devendo o licitante obedecer ao critério de julgamento deste certame (item, lote, global, etc.), conforme art. 58 da Lei 14.133, de 2021;

4.2.2. A Garantia de Proposta poderá ser ofertada conforme o [§ 1º do art. 96 desta Lei](#), em uma das seguintes modalidades:

4.2.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

4.2.2.2. Seguro-garantia;

4.2.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.2.3. É de integral responsabilidade da Licitante, a prova de suficiência da Garantia de Proposta prestada para os fins desta Licitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4.3. A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada Junto ao Banco de titularidade da Prefeitura do Município de Paulo Afonso/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.217.327/0001-24.

***IMPORTANTE:** os dados bancários para a finalidade do item 4.2.1., será informada diretamente ao interessado, bastando solicitar junto a Secretaria da Fazenda do Município de Paulo Afonso/BA.*

4.3.1. A prova de prestação da Garantia de Proposta prestada em **moeda corrente nacional** se dará via comprovante de realização do depósito bancário, devidamente autenticado pelo Banco recebedor;

4.3.2. A Garantia de Proposta prestada na modalidade **Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional** deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhado de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor;

4.3.3. A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de **seguro-garantia** deverá ter vigência de 60 (sessenta) dias além do prazo da validade da proposta e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia original, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice;

4.3.4. A Garantia de Proposta apresentada na modalidade de **fiança bancária** deverá ser emitida por instituição bancária devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

4.3.5. Os Licitantes que deixarem de prestar Garantia de Proposta, ou prestar de forma insuficiente em valor ou prazo, ou ainda que a prestarem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital serão desclassificados, ainda que tenha se sagrado vencedor provisório;

4.3.6. Encerrado o certame, os licitantes terão suas Garantias de Proposta devolvidas em até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. [§ 2º, do art. 58, da Lei 14.133, de 2021;](#)

4.3.7. Caso o prazo de validade das Garantias de Proposta expire antes da assinatura do Contrato, as Licitantes serão obrigadas a comprovar a renovação da respectiva Garantia de Proposta, às suas expensas, sob pena desclassificação da proposta ou, se já superada esta fase, na hipótese de impossibilidade da assinatura do Contrato, caso vencedora;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 4.3.8. No caso de renovação necessária da Garantia de Proposta após decorrido mais de 1 (um) ano a contar da publicação deste Edital, os valores das Garantias de Proposta deverão ser atualizados pelo IPCA, ou pelo índice que o substitua;
- 4.3.9. A Garantia de Proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste Edital, não poderá conter Cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo Licitante quanto à participação nesta Licitação.
- 4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 4.4.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 4.4.2. A não observância do disposto no item anterior ensejará desclassificação do licitante no momento da habilitação.
- 4.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto Municipal nº. 455/2021, declarando no campo próprio do sistema sua condição.
- 4.6. Se permitida a participação de empresas reunidas em regime de consórcio, destacado no Preâmbulo deste Edital, serão atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas aqui estabelecidas.
- 4.6.1. Qualquer das empresas consorciadas, ficam impedidas de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.
- 4.6.2. Deverá ser entregue, junto com os documentos de habilitação:
- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
  - b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 4.6.3. A empresa líder será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio, e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
- 4.6.4. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.
- 4.6.5. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.
- 4.6.6. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.6.2. “a”, que deverá prever:
- 4.6.6.1. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;
  - 4.6.6.2. **Declaração** expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;
  - 4.6.6.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;
  - 4.6.6.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;
  - 4.6.6.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;
  - 4.6.6.6. Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.
- 4.6.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- 4.6.8. O número máximo de empresas consorciadas será de definida na justificativa técnica constante do Termo de Referência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4.6.9. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.6.10. Em relação à comprovação para habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou caso contenha justificativa no expressa no Termo de Referência, haverá um acréscimo de 20 % (vinte por cento, para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**4.7. Não poderão disputar esta licitação:**

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se assim estiver definido no Preâmbulo deste Edital;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, [conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#)

4.8. Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

4.9. O impedimento de que trata o item 4.7.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.1 e 4.7.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.12. O disposto nos itens 4.7.1 e 4.7.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4.14. A vedação de que trata o item 4.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.15. Não será permitida a participação de pessoa física;

4.16. Não será permitido ainda a participação de empresas com falência decretada, em recuperação judicial e ou extrajudicial;

4.16.1. Exceção ao referido no item 4.14., somente será admitida participação de empresas em recuperação judicial, bem como empresas em processo falimentar desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

**5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema do COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

5.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781).

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A nãoobservância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS MEs/EPPs E EQUIPARADOS, E DECRETO 363/2025.**

6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), do Decreto n.º 8.538, de 2015;

6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.2. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.3. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

6.5. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

6.6. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada neste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

6.7. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão ([Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06](#));

6.8. Caso não haja exclusividade que trata o item XII do preâmbulo deste Edital, no que tange as regras nesta licitação, todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

6.8.1. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado ([Art. 45, I, da LC nº 123/06](#)).

6.8.2. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ([Art. 45, II, da LC nº 123/06](#)).

6.8.3. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso.

6.8.4. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.

6.8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro). No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, serão convocadas pelo Pregoeiro para iniciar nova disputa, e ao final, mesmo assim permanecendo o empate, prevalecerá aquela proposta ou lance que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro).

6.8.6. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital ([§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06](#)).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

6.8.7. Ainda como critério de desempate será dado preferência as empresas que apresentarem propostas de produtos de fabricação nacional.

6.8.8. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado ([Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06](#)).

6.8.9. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.8.10. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.8.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, na ordem assim definido nesta Lei.

6.9. Com base na regulamentação dada através do Decreto nº 363/2025, que dá tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, ampliando a participação microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, nas contratações públicas de aquisição de bens, serviços e obras pelo município de Paulo Afonso/BA, caso este Edital determine no preâmbulo, fica estabelecido:

**6.9.1. Da Licitação Exclusiva**

a) Se o valor dos itens ou lotes seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido no art. 4º do Decreto Municipal nº 363/2025.

6.9.1 A exclusividade prevista no item anterior não será aplicada nas seguintes hipóteses, devidamente justificadas no processo administrativo:

a) Quando o objeto da contratação for tecnicamente indivisível;

b) Quando não houver, comprovadamente, licitantes enquadrados no regime de tratamento diferenciado aptos a atender às condições do edital;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

c) Quando houver prejuízo à competitividade ou à economicidade, devidamente justificado em parecer técnico ou jurídico.

6.9.2 Para garantir a ampla publicidade e o acesso às oportunidades, o órgão contratante divulgará amplamente, em seus canais oficiais, as licitações exclusivas para MEI, ME e EPP.

**6.10 Do Empate Ficto**

6.10.1 Para fins de desempate, será considerado empate ficto quando as propostas apresentadas por MEI, ME ou EPP forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço ofertado no pregão, conforme disposto no § 2º do art. 9º do Decreto Municipal nº 363/2025.

6.10.2 Ocorrendo o empate ficto, a licitante enquadrada no regime de tratamento diferenciado mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, apresentar nova proposta com valor inferior àquela considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão.

6.10.3 Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.10.4 O direito de preferência somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

**6.11 Da Regularidade Fiscal**

6.11.1 A comprovação da regularidade fiscal das licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado será exigida apenas para fins de habilitação e contratação, não sendo um requisito para a participação no certame.

6.11.2 A licitante declarada vencedora que possuir alguma irregularidade ou restrição em sua documentação de regularidade fiscal terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua declaração como vencedora, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.11.3 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, mediante requerimento justificado da licitante.

**6.11.4** A não regularização da documentação no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**6.12 Da Subcontratação Compulsória**

- 6.12.1 Se esta licitação versar sobre contratação de serviços e obras, poderá ser estabelecida a exigência de subcontratação de microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais.
- 6.12.2 Os percentuais mínimo fica determinado em 10%, e máximo em 30%, de subcontratação, sendo vedada a subcontratação total do objeto ou da parcela principal da contratação.
- 6.12.3 As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.
- 6.12.4 A empresa contratada será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, devendo apresentar a documentação de regularidade fiscal da subcontratada no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual.
- 6.12.5 A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for microempresa, empresa de pequeno porte ou consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por tais empresas, com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

**6.13 Da Licitação Local E Regionalizada**

- 6.13.1 Caso o presente edital estabeleça no preâmbulo fica a prioridade ou a exclusividade de participação para licitantes sediadas no Município de Paulo Afonso (licitação local) ou na microrregião do território de identidade Itaparica, composta pelos Municípios de Paulo Afonso, Glória, Abaré, Macururé e Rodelas (licitação regionalizada).
- 6.13.2 Para se enquadrar como fornecedor local ou regional, a licitante deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I - Estar estabelecida e devidamente registrada no Município de Paulo Afonso ou nas regiões adjacentes, com sede ou filial que efetivamente execute o objeto contratado;
- II - Estar regularizada junto aos órgãos fiscais, tributários e previdenciários competentes;
- III - Possuir condições técnicas e operacionais para atender às exigências do edital.

- 6.13.4 As licitações locais e regionalizadas definidas no preâmbulo buscarão estimular a contratação de empresas situadas no território municipal ou na microrregião, de modo a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

fomentar a economia local e gerar emprego e renda, respeitando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e eficiência.

- 6.14 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e definido o julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas e encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.15 Havendo negociação, a mesma será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.16 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.17 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação poderá mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento nos termos do [art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, dentro do prazo limite para acolhimento das propostas.
- 7.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, obrigatoriamente e simultaneamente os **documentos de habilitação e a proposta com o preço**, observado o disposto nos itens 11.1 deste Edital.
- 7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 7.4.1 **Declaração** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 7.4.2 **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 7.4.3 **Declaração** que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 7.4.4 **Declaração** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.5 O licitante organizado em cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 7.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.7 A falsidade da declaração de que trata o item 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 7.8 Os licitantes poderão retirar, alterar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até prazo limite para acolhimento das propostas.

7.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase competitiva.

7.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase competitiva.

7.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.12.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

7.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**8 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 Valor unitário e total ou desconto do item/lote;

8.1.2 Marca;

8.1.3 Fabricante;

8.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3 A proposta de preços deverá, ainda, conter os seguintes documentos:

8.3.1 Planilha de preços unitários e totais ofertados, conforme **Anexo II**;

8.3.2 A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital, sob pena de desclassificação.

8.3.3 O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o serviço a ser prestado se for o caso, indicando, prazos de validade, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, contendo até duas casas decimais após a vírgula, conforme regras matemáticas, sob pena de desclassificação de sua proposta;

8.3.4 A Licitante deverá adequar sua proposta de preços inclusive se, sagrar-se vencedora, ao último lance, aplicando obrigatoriamente a fórmula de arredondamento para baixo, sob pena de desclassificação da proposta;

8.3.5 A Proposta de Preços será considerada em conformidade com as diretrizes deste Edital, expressa em moeda nacional, o Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação;

8.3.5.1 Se o objeto contiver além de aquisição, serviços e mão de obra, bem como obras e serviços de engenharia, a proposta comercial deverá vir acompanhado de:

- a. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS, PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - bonificação e Despesas Indiretas,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

para os casos de obras e serviços de engenharia, e ou PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO LDI – Lucros e Despesas Indiretas, para os casos que envolvam serviços e mão de obras, que levará em conta o DETALHAMENTO de todos os impostos, salários, gratificações, adicionais, horas extraordinárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, alugueis, financiamentos, taxas, fretes, seguros, instalação/desinstalação, lucros, administração, mão de obra, maquinários, equipamentos, etc., e, quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre os serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com materiais e serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições de uso e a manutenção destas condições durante o prazo de contratação;

- b. Se o objeto estabelecer apenas aquisição de bens, o licitante deverá apresentar apenas PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), já embutidos todos os custos destacados na alínea “a”, do subitem 8.3.5.1.
- c. Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos que entenderem necessários para a conclusão do serviço, de acordo com as especificações técnicas, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos para o(s) serviço(s). Para efeito de composição de salários e demais gratificações na formação do preço deverão ser considerado a convenção coletiva da categoria, se for o caso.

***“IMPORTANTE:*** *O TCU possui jurisprudência pacífica no sentido de que o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não devem ser incluídos na proposta de preços do licitante, (Acórdãos nº 1.453/2009, nº 1.942/2009 e nº 2.060/2009, todos do Plenário).*

*Vale citar a recente Súmula TCU nº 254/2010: “O IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

*personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado”.*

- 8.3.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.3.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.3.8 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar – ETP, e do Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.3.9 Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais prevalecerão os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.
- 8.3.10 A não apresentação das exigências acima, junto com a proposta de preços, acarretará na sua desclassificação.
- 8.3.11 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 8.3.12 As propostas terão validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da data prevista para abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 8.3.13 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 8.3.14 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa (Brasil), efetuada por Tradutor Juramentado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 8.3.16 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.
- 8.3.17 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 8.3.18 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital.
- 8.3.19 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização perante os Tribunais de Contas (TCU, TCE, e ou TCM) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- a. assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou
  - b. condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**9 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 9.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 9.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5 O lance deverá ser ofertado conforme estabelecido no critério de julgamento.
- 9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 9.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, estabelecido no Preâmbulo deste Edital, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.14 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.15 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.16 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, estabelecido no preâmbulo deste Edital, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.16.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.16.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.16.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.16.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.16.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.17 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, estabelecido no preâmbulo deste Edital, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço / maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 9.17.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 9.16.5, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 9.17.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.17.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.17.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.17.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.17.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.17.7 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.17.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.17.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.17.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.17.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.17.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso haja, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 9.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro). No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, serão convocadas pelo Pregoeiro para iniciar nova disputa, e ao final, mesmo assim permanecendo o empate, prevalecerá aquela proposta ou lance que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro).

9.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

9.19.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.19.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.19.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.19.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.19.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.19.2.2 Empresas brasileiras;
- 9.19.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.19.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.21 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.23 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.24 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.25 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 DA FASE DE JULGAMENTO**

- 10.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 SICAF;

10.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>); e

10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>).

10.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#); e,

10.1.5 Outros órgãos de cadastro disponíveis, bem como órgãos de classe profissional.

10.2 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.2.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.2.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

10.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.6 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

10.7 Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

10.7.1 Contiver vícios insanáveis;

10.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada de forma cabal, quando exigido pela Administração;

10.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

10.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.8.1.1 Inexistência de Atas e ou contratos firmados com a Administração Pública ou Privada com objeto igual ou semelhante contendo planilha de preços para conferência de valores próximos ofertados, dos últimos 12 (doze) meses;

10.8.1.2 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.8.1.3 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.9 Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

10.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, conforme [art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#);





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 10.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores **forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 10.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que oportunize que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, **no prazo de 02 (duas) horas**, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, sob pena de desclassificação proposta.
- 10.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor provisório será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 10.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 10.11.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 10.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 10.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 10.12 Erros simples no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja alteração ou majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 10.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.14 O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.
- 10.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 10.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, acompanhado de relatório técnico da Secretaria Requisitante que avaliou as amostras.
- 10.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 10.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não estiver(em) em consonância com as especificações constantes no Instrumento Convocatório, o Pregoeiro analisará a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **11 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

11.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 A documentação exigida para fins de **habilitação** será a:

11.2.1 Jurídica;

11.2.2 Técnica;

11.2.3 Fiscal, social e trabalhista e;

11.2.4 Econômico-financeiro.

***OBS:** a documentação que trata o item 11.2., poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.*

11.3 A documentação relativa à **Habilitação Jurídica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á no que se segue:

11.3.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual:

11.3.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;

11.3.3 Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;

11.3.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando assim a atividade assim o exigir;

11.3.5 Documento de Identificação Civil (RG/CPF, CNH, ou outro documento de identificação válido com foto do Empresários/Sócios.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.4 A documentação relativa à **Qualificação Técnica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á no que se segue:

11.4.1 Considerando que o objeto da presente contratação envolve a coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados como resíduos potencialmente perigosos (Grupos A, B e E), nos termos da RDC ANVISA nº 222/2018, da Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas ambientais aplicáveis, faz-se necessária a comprovação da regularidade técnica, sanitária e ambiental da licitante, garantindo que a execução dos serviços ocorra em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de segurança sanitária e ambiental.

Assim, para fins de habilitação técnica e ambiental, a empresa licitante deverá apresentar:

11.4.2 Licença Ambiental de Operação (LAO) emitida pelo órgão de controle de meio ambiente, em nome da proponente, dentro do seu período de validade, exigência da política Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da Resolução CONAMA nº 358/2005, garantindo a regularidade da operação e a mitigação de impactos ambientais;

11.4.3 Alvará ou Licença Sanitária válida da unidade de tratamento, expedida pela Vigilância Sanitária competente.

11.4.4 Alvará Sanitário atualizado ou equivalente, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou Federal que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária;

11.4.5 Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal /Estadual ou Distrital da sede;

11.4.6 Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

11.4.7 Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), conforme Instrução Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, do IBAMA;

11.4.8 Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP);

11.4.9 Comprovação de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de recursos ambientais (CTF/APP);

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.4.10 Certificado de Inspeção Veicular (CIV);

11.4.11 Certificado de curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP) dos motoristas;

11.4.12 Registro da Empresa e do(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho Regional de Química (CRQ), ou Conselho Regional de Biologia (CRBio) ou outros conselhos que regulamentem a atividade, em plena validade;

11.4.13 A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos;

11.4.14 Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

11.4.15 Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

11.4.16 Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;

11.4.17 Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.

11.4.18 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação.

11.4.19 Declaração de que disporá, por ocasião da futura contratação, de unidade de tratamento dos resíduos de saúde, devidamente licenciado pela Companhia Estadual de Tecnologia de saneamento Básico – CETESB, em nome da empresa licitante;

11.4.20 Declaração de que disporá, por ocasião da futura contratação, de veículo apropriado para realizar a coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde, de acordo com as normas NBR 12809 (manuseio) e NBR 12810 (coleta), com Certificado de Inspeção junto ao INMETRO;

11.4.21 Declaração de que disporá, por ocasião da futura contratação, de local para disposição final dos resíduos de saúde (aterro sanitário), devidamente licenciado pela Companhia Estadual de Tecnologia de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

saneamento Básico – CETESB, devendo constar a Razão Social e endereço completo do empreendimento;

11.4.22 Declaração indicando a disponibilidade para o tratamento dos resíduos de serviços de saúde do Grupo “B” devidamente licenciado por órgão estadual de meio ambiente, devendo constar a Razão Social e endereço completo do empreendimento;

11.4.23 Declaração que caso a empresa seja vencedora, deverá apresentar em até de 03 úteis, carta de anuência assinada pelo proprietário do aterro e da unidade para tratamento dos resíduos de serviços de saúde do Grupo “B” e licenças de operações emitida pela CETESB e/ou outro órgão, (LO) com vigência válida.

11.5 A documentação relativa à **Regularidade Fiscal, social e Trabalhista**, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á do que se segue:

11.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

11.5.2. A inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede do prestador, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativas;

11.5.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

11.5.5. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União ou da certidão Negativa positiva com Efeitos de Negativa na forma da Lei, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na lei nº 8.212/91;

11.5.6. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

11.5.7. Prova de Regularidade Trabalhista será comprovada mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de acordo a Lei nº 12440/11.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.6 A documentação exigida para a **Qualificação Econômico-Financeira**, além dos documentos exigidos no termo de referência, constitui-se do que se segue:

11.6.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

11.6.2 Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando a situação financeira e patrimonial da empresa.

11.6.3 A aptidão econômico-financeira do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais deverão apresentar resultado superior a 1 (um), conforme as fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.6.4 Para empresas constituídas no exercício social da licitação, será admitida a apresentação do balanço de abertura, observando-se os mesmos critérios estabelecidos para os demais licitantes.

11.6.5 Para empresas com menos de dois anos de existência, poderá ser exigida a documentação relativa ao último exercício social, desde que respeitada a obrigatoriedade de escrituração contábil conforme o cronograma definido pela Receita Federal do Brasil para a entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

11.6.6 No caso de sociedades anônimas ou companhias obrigadas à publicação das demonstrações contábeis, conforme a Lei nº 6.404/1976, deverão ser apresentadas cópias publicadas em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, contendo, no mínimo:

I – Balanço Patrimonial;

II – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);

III – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

IV – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

V – Notas Explicativas.

11.6.7 Os documentos exigidos neste item poderão ser apresentados por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, dispensando-se sua apresentação física quando a Administração puder realizar a consulta eletrônica, na forma do art. 17, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

## **12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 12.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 12.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 12.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 12.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 12.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **13 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 13.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 13.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 13.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 13.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata:
- 13.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
- 13.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 13.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 13.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 13.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 13.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 13.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 13.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**14 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

- 14.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

mista e demais entidades controladas pelo poder Executivo Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

14.2 O pedido de utilização da Ata de Registro de preços deverá ser consultado ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devidamente formalizado por escrito pela Autoridade competente do órgão solicitante.

14.3 Cabe ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras resultantes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.4 As aquisições ou contratações adicionais referenciadas neste item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.5 O total de utilização de cada item não poderá exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.6 O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata de Registro de Preços após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

## **15 DOS RECURSOS**

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1 a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente e de forma motivada**, sob pena de preclusão;

15.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;

15.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar as razões de recurso para a Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição das razões do recurso, assegurada a vistas imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.8 As razões de recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da Autoridade Competente.
- 15.9 O acolhimento das Razões do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência do Município.

**16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 16.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 16.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 16.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 16.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 16.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 16.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;
    - 16.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

16.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.4.1 Fraudar a licitação;

16.1.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.5.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.5.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.5.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.6 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.1.7 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.1.8 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.1.8.1 Advertência;

16.1.8.2 Multa;

16.1.8.3 Impedimento de licitar e contratar; e

16.1.8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.2.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.2.2 As peculiaridades do caso concreto;

16.2.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 16.2.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.2.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.3 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial:
- 16.3.1 Para as infrações previstas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- 16.3.2 Para as infrações previstas nos itens 16.1.3.1, 16.1.4, 16.1.4.1, 16.1.6 e 16.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 16.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.3.1, 16.1.4, 16.1.4.1, 16.1.6 e 16.1.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 16.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.2.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 16.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, referentes ao processo licitatório, e, serão enviados ao Pregoeiro, por meio de protocolo no setor de licitação ou para o endereço eletrônico [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br).

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Administração.
- 18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 18.10 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 18.11 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 18.12 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 18.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.14 O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781), pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do com endereço eletrônico [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br).
- 18.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 18.15.1 **ANEXO I** - Termo de Referência;
  - 18.15.2 **ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços;
  - 18.15.3 **ANEXO III** - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
  - 18.15.4 **ANEXO IV** – Modelo de Minuta de Contrato;
  - 18.15.5 **ANEXO V** - Minuta da ata de registro de preços; (Não se aplica)
  - 18.15.6 **ANEXO VI** - Modelo de declaração de Pleno Conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.
  - 18.15.7 **ANEXO VII** - Modelo de declaração de enquadramento na lei complementar n.º 123/2006;
  - 18.15.8 **ANEXO VIII** - Modelo de carta credencial / procuração;
  - 18.15.9 **ANEXO IX** - Modelo de declaração para reserva de cargos para pessoa deficiente e reabilitado;
  - 18.15.10 **ANEXO X** - Modelo de declaração anticorrupção - lei federal n.º 12.846/2013 e decreto n.º 11.129/2022.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 18.15.11 **ANEXO XI** - Declaração de inexistência de menor no quadro da empresa – cumprimento do inciso xxxiii, do art. 7º, da CF;
- 18.15.12 **ANEXO XII** - Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação;
- 18.15.13 **ANEXO XIII** - Modelo de declaração de não inidoneidade;
- 18.15.14 **ANEXO XIV** - Modelo de declaração de cumprimento das exigências dos incisos ii e iv do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- 18.15.15 **ANEXO XV** - Dados para assinatura do contrato.

**19 DO FORO**

19.1 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Paulo Afonso, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial a Constituição Federal e a Lei 14.133/2021.

Paulo Afonso - BA, 13 de maio de 2026.

Filipe Alexandre Lima e Silva

**Pregoeiro Oficial**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paulo Afonso/BA.

### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação decorre da necessidade contínua e permanente de assegurar o gerenciamento adequado dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades assistenciais da rede municipal, incluindo as Unidades Básicas de Saúde, o Hospital Nair Alves de Souza (HNAS) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), sob responsabilidade da Administração, abrangendo as etapas de coleta, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos classificados nos Grupos A, B e E.

2.2. Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), conhecidos como resíduos hospitalares, apresentam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente quando não manejados adequadamente. Tais resíduos são provenientes de atividades assistenciais, laboratoriais, hospitalares e ambulatoriais realizadas nas unidades de saúde, sendo gerados de forma contínua no exercício das ações e serviços de atenção à saúde.

2.3. De acordo com as normas sanitárias e ambientais vigentes, os resíduos de serviços de saúde devem ser gerenciados desde a sua geração até a sua destinação final, observando critérios técnicos que assegurem a proteção da saúde dos trabalhadores, pacientes, usuários dos serviços e da população em geral. Nesse contexto, destacam-se as diretrizes estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 222/2018 da ANVISA, pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e pelas demais normas ambientais aplicáveis.

2.4. Entre os resíduos gerados nas unidades de saúde destacam-se os resíduos infectantes, materiais perfurocortantes, resíduos químicos, medicamentos vencidos, peças anatômicas e



materiais contaminados por agentes biológicos, os quais apresentam elevado potencial de risco sanitário, ocupacional e ambiental, exigindo manejo técnico especializado e controle rigoroso em todas as etapas de gerenciamento.

2.5. O manejo inadequado desses resíduos pode ocasionar acidentes ocupacionais, contaminação ambiental, proliferação de vetores e riscos sanitários à população, além de contribuir para a disseminação de agentes infecciosos. Tais riscos tornam-se ainda mais relevantes em ambientes hospitalares, onde se encontram pacientes frequentemente em condição de maior vulnerabilidade imunológica.

2.6. Ressalte-se que os riscos associados aos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) extrapolam os limites físicos das unidades geradoras, especialmente durante as etapas de transporte externo, tratamento e disposição final, o que reforça a necessidade de contratação de empresa especializada, devidamente licenciada pelos órgãos ambientais e sanitários competentes, capaz de executar o serviço de forma segura, rastreável e ambientalmente responsável.

2.7. Considerando a geração contínua desses resíduos nas unidades de saúde e a necessidade de evitar o acúmulo, a exposição indevida e os riscos sanitários decorrentes de seu manejo inadequado, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de coleta externa, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada.

2.8. A inexistência ou descontinuidade da contratação comprometeria a regularidade do funcionamento das unidades de saúde, configurando risco à continuidade dos serviços públicos essenciais, à segurança sanitária e ao cumprimento das obrigações legais impostas à Administração Pública, em afronta aos princípios da eficiência, prevenção, precaução, sustentabilidade e interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.9. Dessa forma, evidencia-se a necessidade da contratação como medida indispensável para garantir a proteção da saúde coletiva, a segurança dos profissionais, a preservação do meio ambiente e a conformidade legal da atuação administrativa, atendendo plenamente ao interesse público primário.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. Após a realização das análises técnicas, operacionais e econômicas consignadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução disponível no mercado, consistente na





contratação de empresa especializada para a prestação contínua dos serviços de coleta, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), revela-se tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente vantajosa para atender às necessidades do caso concreto.

3.2. A solução avaliada demonstra plena capacidade de assegurar a continuidade das atividades finalísticas das unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, mitigando riscos sanitários, ocupacionais e ambientais inerentes ao manejo inadequado de resíduos infectantes, em consonância com as normas da ANVISA, do CONAMA, da legislação ambiental e trabalhista, bem como com as boas práticas de gestão de resíduos preconizadas pelos órgãos de controle.

3.3. Do ponto de vista da governança das contratações públicas, a opção pela contratação de empresa especializada alinha-se às orientações do Tribunal de Contas da União e TCM-BA quanto à segregação de funções, eficiência administrativa, gestão de riscos e economicidade, uma vez que a execução direta pela Administração demandaria investimentos elevados em infraestrutura, frota especializada, licenciamento ambiental, capacitação técnica de pessoal e manutenção permanente, o que se mostraria antieconômico e incompatível com a estrutura disponível.

3.4. Adicionalmente, a modelagem da contratação, incluindo o fornecimento de equipamentos e recipientes adequados em regime de comodato, transfere ao particular os encargos relacionados à disponibilização, manutenção e substituição desses bens, sem geração de ônus patrimonial à Administração, reforçando a racionalidade econômica da solução e a adequada alocação de riscos contratuais, conforme recomendado pelo TCU.

3.5. Assim, considerando-se os resultados do levantamento de mercado, as estimativas de demanda, a análise comparativa das alternativas possíveis e os riscos associados, conclui-se que a solução proposta atende plenamente ao interesse público, observa os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade, segurança sanitária e proteção ambiental, além de promover o uso responsável dos recursos públicos.



3.6. Dessa forma, resta devidamente justificada a escolha da solução como a mais adequada e vantajosa para a Administração, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e das orientações constantes no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União, constituindo base técnica suficiente para a continuidade do processo de contratação.

3.7 O objeto caracteriza-se como serviço comum, contínuo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, executado de forma indireta.

3.8. No presente caso, conclui-se pela inviabilidade técnica e econômica do parcelamento, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviço contínuo, especializado e integrado de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), cujas etapas são interdependentes e operacionalmente indivisíveis.

3.9. As etapas que compõem o objeto — coleta, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final — integram um fluxo operacional único, submetido a rigorosas exigências sanitárias, ambientais e de rastreabilidade, não sendo tecnicamente recomendável sua fragmentação entre diferentes prestadores.

3.10. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável, sendo a contratação por execução integral a solução mais adequada ao interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as orientações dos órgãos de controle.

#### **4. DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A estimativa das quantidades foi elaborada de forma integrada, considerando os seguintes parâmetros técnicos e operacionais:

- a) o quantitativo médio mensal de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades assistenciais da rede municipal, incluindo as Unidades Básicas de Saúde, o Hospital Nair Alves de Souza, a UPA 24h, os Centros de Especialidades, os serviços de apoio diagnóstico e demais estabelecimentos sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) a classificação dos resíduos gerados, especialmente aqueles enquadrados nos Grupos A (potencialmente infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes), conforme a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas aplicáveis;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO – SMS**



c) a frequência necessária de coleta e transporte externo, de modo a assegurar condições adequadas de biossegurança, evitar acúmulo de resíduos nas unidades geradoras e atender às exigências sanitárias e ambientais vigentes;

d) a disponibilização, pela futura contratada, de recipientes, bombonas, contentores e demais equipamentos operacionais adequados ao acondicionamento, armazenamento temporário e transporte dos resíduos, quando aplicável, como parte integrante da solução contratada;

e) a projeção de variações sazonais na geração de resíduos, considerando campanhas de vacinação, surtos epidemiológicos, aumento da demanda assistencial e eventual ampliação temporária dos serviços de saúde.

4.2. Com base nos dados consolidados junto às unidades geradoras, estimou-se a geração média mensal de resíduos compatível com a capacidade instalada da rede municipal de saúde, resultando em quantitativos estimados suficientes para assegurar a continuidade do serviço, observados os princípios da eficiência e da economicidade, sem prejuízo da adequada prestação dos serviços públicos de saúde.

4.3. Segue abaixo a planilha de estimativa de quantitativos e valores, parte integrante deste Termo de Referência, na qual constam a discriminação dos serviços, as unidades geradoras — incluindo o Hospital Nair Alves de Souza e a UPA 24h de Paulo Afonso — os quantitativos estimados mensais e anuais, bem como o valor global estimado da contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	PREÇO UNITÁRIO MEDIANA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
------	-----------	-------------------	-------	------------------------	--------------	-------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO – SMS**



1	Execução de serviços e gerenciamentos patológicos (sólidos ou líquidos), gerados em unidades de saúde humana para coleta, transporte e destinação final gerados nas unidades de saúde do município. Bombonas de 200L	BOMBONA	368	R\$135,50	R\$ 49.864,00	R\$ 598.368,00
2	Execução de serviços e gerenciamentos patológicos (sólidos ou líquidos), gerados em unidades de saúde humana para coleta, transporte e destinação final gerados nas unidades de saúde do município. Bombonas de 50 L	BOMBONA	160	R\$107,50	R\$17.200,00	R\$ 206.400,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>						<b>R\$ 804.768,00</b>

4.4. O valor estimado para a contratação é de R\$ 804.768,00 (oitocentos e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais), considerando a totalidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento por





destruição térmica (incineração) e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), conforme condições e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.5. A presente estimativa foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada a partir de registros de contratações públicas disponíveis em sistemas oficiais, tais como o Banco de Preços, bem como por meio de cotações obtidas junto a fornecedores do ramo, todos devidamente anexados ao presente processo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### **ATENÇÃO BÁSICA**

<b>LOCAL</b>	<b>CAPACIDADE DA BOMBONA(L)</b>	<b>QUANTIDADE SEMANAL</b>
FARMÁCIA BÁSICA	200	1
PRESÍDIO	50	1
ESF NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	50	1
ESF RUA DO SOL	50	1
ESF SÃO FRANCISCO	50	1
ESF PERPÉTUO SOCORRO	200	1
PACS JOSEFINO	200	1
ESF AMÉRICO	50	1
ESF IRMÃ RITA	50	1
ESF SENHOR DO BONFIM	50	1
ESF JURACI MACEDO (MOXOTÓ)	50	1
ESF JARDIM BAHIA	50	1
ESF MILITÃO	50	1
ESF PRAINHA	50	1
ESF SANTA INÊS	200	1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO – SMS**



ESF MARUIM	50	1
ESF DELMIRO GOUVEIA	50	1
ESF PADRE LOURENÇO	200	1
ESF SÃO JOÃO	50	1
ESF SANTA QUITÉRIA	50	1
ESF RODOVIÁRIO	50	1
ESF BOA ESPERANÇA	50	1
ESF JUÁ	50	1
POSTO DE APOIO AÇUDE	50	1
POSTO DE APOIO SALGADINHO	50	1
ESF VÁRZEA	50	1
POSTO DE APOIO LAGOA DO RANCHO	200	1
POSTO DE APOIO SERROTE	50	1
POSTO DE APOIO NAMBEBÉ	50	1
ESF SÃO JOSÉ	50	1
POSTO DE APOIO ARRASTAPÉ	50	1
POSTO DE APOIO SÍTIO DO LÚCIO	50	1
ESF RIACHO	50	1
ESF MALHADA GRANDE	50	1
POSTO DE APOIO SÍTIO DO TARÁ	50	1
POSTO DE APOIO XINGOZINHO	50	1
POSTO DE APOIO RIO DO SAL	50	1
PSF DR ROQUE	50	1
PSF DRA FRANCISCA	50	1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO – SMS**



LOCAL	CAPACIDADE DA BOMBONA (L)	QUANTIDADE SEMANAL
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	50	1
SEDERPAS	50	1
CTA/SAE	50	1
LACEN	200	2
ZOONOSSES	200	1

**ATENÇÃO ESPECIALIZADA**

LOCAL	CAPACIDADE DA BOMBONA (L)	QUANTIDADE SEMANAL
CAPS I	50	1
CAPS II	50	1
CENTRO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER	50	1
VICENTINOS/NÚCLEO DESENVOLVER	50	1
CENTRO DE ESPECIALIDADES CENTRO	200	2
CENTRO DE ESPECIALIDADES BTN	200	1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO – SMS**



SAMU	200	2
------	-----	---

**CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO**

LOCAL	CAPACIDADE DA BOMBONA (L)	QUANTIDADE SEMANAL
CEO	200	1

**PEDIATRIA BTN**

LOCAL	CAPACIDADE DA BOMBONA (L)	QUANTIDADE SEMANAL
PEDIATRIA	200	2

**HOSPITAL NAIR ALVES DE SOUZA – HNAS**

LOCAL	CAPACIDADE DA BOMBONA (L)	QUANTIDADE SEMANAL
HNAS	200	40

**UNDADE PRONTO ATENDIMENTO - UPA**

LOCAL	CAPACIDADE DA	QUANTIDADE
-------	---------------	------------





	BOMBONA (L)	SEMANAL
UPA	200	35

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto consistirá na prestação contínua e integrada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A, B e E, gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Afonso/BA.

5.2. A prestação dos serviços abrangerá as seguintes unidades da rede municipal de saúde:

- **Vigilância em Saúde:** LACEN, Zoonoses, Vigilância Sanitária e Imunização;
- **Atenção Especializada:** Centros de Especialidades Médicas do Centro e BTN, CAPS AD, CAPS II, Centro de Referência à Mulher, CTA/SAE, SEDERPAS e Vicentinos;
- **Saúde Bucal:** CEO – Centro de Especialidades Odontológicas;
- **Assistência Hospitalar e de Urgência e Emergência:** Hospital Nair Alves de Souza, UPA Caraibeiras, SAMU e Pronto-Socorro Infantil;
- **Atenção Primária à Saúde:** 28 (vinte e oito) Unidades Básicas de Saúde e 16 (dezesseis) postos satélites nas zonas urbana e rural;
- **Outras unidades vinculadas à rede:** Presídio e CAF – Centro de Abastecimento Farmacêutico.

5.3. A CONTRATADA deverá executar todas as etapas do gerenciamento externo dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), compreendendo:

### 5.3.1. Coleta externa

Realização da coleta dos resíduos nos pontos de armazenamento temporário das unidades de saúde, observando as normas de biossegurança, acondicionamento adequado e identificação dos recipientes.

### 5.3.2. Transporte especializado



O transporte dos resíduos deverá ser realizado em veículos apropriados, exclusivos para essa finalidade e devidamente licenciados pelos órgãos ambientais e sanitários competentes, garantindo condições seguras de acondicionamento e movimentação dos resíduos.

### **5.3.3. Tratamento dos resíduos**

Os resíduos deverão ser submetidos a processos de tratamento que reduzam ou eliminem seu potencial de risco à saúde pública e ao meio ambiente, utilizando tecnologias devidamente licenciadas, tais como autoclavação, incineração, tratamento químico ou outras tecnologias aprovadas pelos órgãos ambientais competentes.

### **5.3.4. Destinação Final**

Após o tratamento, os resíduos deverão receber destinação final ambientalmente adequada, em instalações devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

### **5.3.5. Fornecimento de recipientes**

Fornecimento, em regime de comodato, de recipientes e contentores adequados ao acondicionamento dos resíduos, conforme normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

5.4. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua e programada, conforme cronograma definido pela CONTRATADA e previamente aprovado pela Direção da unidade, observando frequência compatível com o volume de resíduos gerados, de modo a evitar acúmulo e a prevenir riscos sanitários, sendo os serviços realizados em horário comercial, nas dependências do Hospital Nair Alves de Souza – HNAS, localizado na Rua das Caraibeiras, s/n, Bairro General Dutra, no Município de Paulo Afonso/BA.

5.5. A coleta dos resíduos de serviços de saúde deverá ser realizada com periodicidade máxima de 48 (quarenta e oito) horas, ou em frequência compatível com o volume de resíduos gerados pelas unidades de saúde, de forma a evitar acúmulo e garantir condições adequadas de armazenamento temporário.

5.5.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente as diretrizes estabelecidas na RDC nº 222/2018 e na Resolução CONAMA nº 358/2005, especialmente no que se refere às etapas de segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.



5.5.2. Adicionalmente, deverão ser observadas as disposições da ABNT NBR 12810, que estabelece que o armazenamento externo dos resíduos deve ocorrer pelo menor tempo possível, sendo recomendada a realização de coletas em intervalos regulares, de modo a evitar a permanência prolongada dos resíduos nas unidades geradoras e reduzir riscos sanitários e ambientais.

5.6. Poderão ser solicitadas **coletas extraordinárias**, sempre que necessário, especialmente em situações como surtos epidemiológicos, campanhas de vacinação, aumento da demanda assistencial ou outras necessidades sanitárias emergenciais devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.7. A CONTRATADA deverá assegurar a rastreabilidade dos resíduos desde a coleta até a destinação final, mediante emissão de manifestos, certificados ou documentos equivalentes que comprovem o tratamento realizado e a destinação final ambientalmente adequada.

5.8. A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação sanitária, ambiental e de segurança do trabalho vigente, especialmente as normas aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo as disposições da RDC ANVISA nº 222/2018, da Lei nº 12.305/2010 e demais normativas correlatas.

.

5.10. Sempre que a data programada para a coleta coincidir com feriados ou pontos facultativos, a CONTRATADA deverá antecipar ou postergar a execução do serviço para o dia útil mais próximo, de forma a não comprometer a regularidade da coleta nem ocasionar acúmulo de resíduos na unidade de saúde.

5.11. Da emissão e entrega do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR)

5.11.1. A CONTRATADA deverá emitir, a cada coleta realizada de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), o respectivo Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, bem como toda a documentação ambiental obrigatória referente ao transporte, tratamento e destinação final dos resíduos coletados, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as normas estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.



5.11.2. O Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) deverá ser devidamente preenchido e disponibilizado à CONTRATANTE a cada coleta realizada, contendo informações completas sobre:

- origem dos resíduos;
- quantidade coletada;
- classificação dos resíduos;
- identificação do transportador;
- identificação da unidade de tratamento;
- destino final ambientalmente adequado.

5.11.3. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE cópia física ou digital do MTR no ato da coleta ou no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, garantindo a rastreabilidade e o controle dos resíduos gerados pelas unidades de saúde

5.12 A execução dos serviços deverá observar, durante toda a vigência contratual, as atualizações das normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis, independentemente de alteração formal deste Termo de Referência.

#### **TIPOS DE LIXO SUBCLASSIFICAÇÃO TIPO DE TRATAMENTO**

<b>TIPOS DE LIXO</b>	<b>SUBCLASSIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE TRATAMENTO</b>
<b>A</b>	A1: culturas e estoques de microrganismos resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência,	Autoclave e posterior envio para aterro sanitário licenciado ou incineração posterior envio das cinzas para aterro



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO – SMS**



	inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética. Estes resíduos não podem deixar a unidade geradora sem tratamento prévio.	
A	A2: Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anátomo-patológico ou confirmação diagnóstica. Devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final.	Autoclave e posterior envio para aterro sanitário licenciado ou incineração posterior envio das cinzas para aterro
	A3: Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham	Autoclave e posterior envio para aterro sanitário licenciado ou incineração posterior envio das cinzas para aterro





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO – SMS**



<b>A</b>	valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou seus familiares.	
<b>A</b>	A4: Kits de linhas arteriais, endovenosas e deslizadores; filtros de ar e gases aspirados de área contaminada (...); recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenham sangue ou líquidos corpóreos na forma livre; peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica; carcaças, peças anatômicas; Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.	Poder ser encaminhado, sem tratamento prévio para as empresas licenciadas para o recebimento de resíduos de serviço de saúde.
<b>B</b>	A5: Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfuro cortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.	Autoclave e posterior envio para aterro
	Resíduos químicos que apresentam risco à saúde ou ao meio ambiente, quando não forem submetidos a	



<b>B</b>	<p>processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento ou disposição final específicos. Os medicamentos fora do uso ou especificação devem ser incinerados.</p> <p>Medicamentos fora do uso ou especificação devem ser incinerados.</p>	<p>Medicamentos fora do uso ou especificação devem ser incinerados.</p>
<b>E</b>	<p>Os materiais perfurocortantes devem ser descartados separadamente, no local de sua geração, imediatamente após o uso ou necessidade de descarte, em recipientes, rígidos, resistentes à punctura, ruptura e vazamento, com tampa, devidamente identificados, atendendo aos parâmetros referenciados na norma NBR 13853/97 da ABNT, sendo expressamente proibido o esvaziamento desses recipientes para o seu reaproveitamento. As agulhas descartáveis devem ser desprezadas juntamente com as seringas, quando descartáveis, sendo proibido reencapá-las ou proceder a sua retirada manualmente.</p>	<p>Medicamentos fora do uso ou especificação devem ser incinerados.</p> <p>Resíduos contendo sangue podem ser auto clavados ou incinerados</p>



## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

6.4. O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que seja cumprida todas as condições estabelecidas, de modo assegurar os melhores resultados para a administração;

6.5. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor;



6.9. O fiscal deverá comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

6.10. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.12. O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para o atendimento da finalidade da administração;

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior, se for o caso, aquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.16. A Contratada deverá solicitar formalmente o pedido de pagamento junto a Secretaria Municipal da Saúde, seguido da nota fiscal dos serviços

6.17. A designação dos gestores e fiscais do contrato será realizada no momento oportuno do fluxo processual, após a assinatura do instrumento contratual e antes do início da execução do objeto



6.18. Os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização serão formalmente designados por meio de Portaria específica, a ser expedida pela Secretaria Municipal de Saúde e publicada no Diário Oficial do Município de Paulo Afonso/BA, em conformidade com o disposto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021.

6.19. A Portaria indicará nominalmente os servidores designados, suas atribuições e responsabilidades, assegurando o acompanhamento técnico, administrativo e operacional do contrato, em observância aos princípios da legalidade, transparência e controle da execução contratual.

## **7. DA LICITAÇÃO**

### **7.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E MODO DE DISPUTA:**

7.1.1. A licitação será realizada na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos do inciso I do art. 28 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de objeto de natureza comum, com especificações padronizadas e plenamente definidas neste Termo de Referência;

7.1.2. O CRITÉRIO DE JULGAMENTO será o de MENOR PREÇO GLOBAL, conforme inciso I do art. 33 da referida lei, visando à economicidade, à uniformidade dos materiais e à eficiência na execução contratual;

7.1.3. O regime de execução será por empreitada por preço unitário, com pagamento conforme quantidade efetivamente coletada e comprovada mediante relatório técnico mensal.

7.1.4. O MODO DE DISPUTA será o ABERTO, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, com apresentação de lances públicos e sucessivos em sessão pública eletrônica, assegurando ampla competitividade entre os licitantes.

## **8. PROPOSTA**

### **8.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**





8.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e Vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

## **9. DO CONTRATO**

### **9.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

9.1.1 A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

### **10.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

10.2.1. Após a homologação do certame, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 ( cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do art. 90, da Lei 14.133/2021.

10.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

## **11. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

11.1.O contrato originário deste processo poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

11.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na execução do objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 Lei Federal nº 14.133/2021.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

12.1. O contratante realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal correspondente, devidamente carimbada e assinada;

12.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada;



12.3. A nota fiscal será emitida pela contratada após a prestação do serviço e em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

- a) Indicação do número do contrato;
- b) Indicação do objeto do contrato;
- c) Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento, (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;
- d) Conta bancária, conforme indicado pela contratada na nota fiscal.

12.4. A nota fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante;

12.5. O contratante fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a contratante se reserva o direito de efetuar ou não nos casos em que for facultativo;

12.6. Deverão ser apresentados pela contratada com a nota fiscal, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;
- c) Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



12.7. A critério da Contratante, os pagamentos devidos à Contratada poderão ser descontados eventuais valores relativos a multas, indenizações ou outras de responsabilidade da Contratada;

12.8. Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais, as mesmas serão devolvidas à contratada para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isso gere encargos financeiros;

12.9. O Município poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhes forem devidas pela contratada;

12.10. Os pagamentos poderão ser sustados pelo Município nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de qualquer forma, prejudicar o Contratante;
- b) Inadimplência de obrigações da Contratada para com o Município, por conta do estabelecido em contrato;
- c) Erros ou vícios nas Notas Fiscais/Faturas.

12.11. Com vistas a agilizar o procedimento, é necessário que a(s) Nota(s) Fiscal(is) contenham o número do processo que originou a contratação, o número do contrato e os dados bancários, incluindo banco, agência e número da conta;

12.12. É expressamente vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

### **13. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

13.1. Para atendimento da necessidade identificada e considerando as especificidades técnicas dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A, B e E, bem como as expectativas da área requisitante e os requisitos mínimos exigidos pela legislação sanitária, ambiental e de segurança do trabalho vigentes, a solução a ser adotada deverá observar os requisitos abaixo, indispensáveis para garantir segurança sanitária, proteção ambiental, continuidade dos serviços e efetividade do gerenciamento dos resíduos.

#### **13.2. Requisitos técnicos mínimos esperados**

13.2.1. Adoção de procedimentos operacionais padronizados para todas as etapas do gerenciamento dos RSS, incluindo acondicionamento, coleta, transporte externo, tratamento e destinação final;



- Utilização de métodos de tratamento compatíveis com a classificação dos resíduos, assegurando a neutralização de riscos biológicos, químicos e perfurocortantes;
- Disponibilização de recipientes apropriados, resistentes e devidamente identificados, compatíveis com o volume e o tipo de resíduo gerado, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis;
- A solução deverá contemplar a disponibilização dos recipientes, equipamentos e demais meios necessários ao adequado acondicionamento, coleta e transporte dos RSS, preferencialmente em regime de comodato, como característica inerente à solução adotada, assegurando padronização operacional, continuidade do serviço e economicidade, sem necessidade de aquisição direta desses bens pela Administração;
- Emprego de veículos exclusivos para o transporte de RSS, adequadamente identificados, higienizados e mantidos em condições regulares de funcionamento;
- Manutenção de rastreabilidade dos resíduos, desde a coleta até o tratamento e a destinação final, por meio de registros que permitam o acompanhamento e a fiscalização do fluxo dos resíduos;
- Execução dos serviços por equipe tecnicamente capacitada, treinada em biossegurança e manejo de resíduos de serviços de saúde;
- Atendimento a rotinas e prazos operacionais compatíveis com a dinâmica das unidades de saúde, prevenindo acúmulo de resíduos e riscos sanitários.

### **13.3. Requisitos legais e regulatórios**

13.3.1. Observância integral à RDC ANVISA nº 222/2018, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

- Atendimento às exigências da RDC ANVISA nº 33/2003, no que se refere ao transporte externo de resíduos;
- Conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas ambientais aplicáveis;
- Atendimento às exigências dos órgãos de Vigilância Sanitária e meio ambiente competentes;
- Observância às normas de segurança e saúde do trabalho, especialmente a NR nº 32.

### **13.4. Requisitos de sustentabilidade e segurança ambiental**

- Garantia de tratamento e destinação final ambientalmente adequados, em unidades devidamente licenciadas pelos órgãos competentes;





- Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais e riscos de contaminação do solo, da água e do ar;
- Implementação e manutenção de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) compatível com a legislação vigente e com a realidade das unidades geradoras;
- Gestão adequada dos resíduos resultantes do processo de tratamento, assegurando sua disposição final em conformidade com as normas ambientais.

### **13.5. Requisitos operacionais e de suporte à rede pública de saúde**

- Capacidade operacional para atendimento contínuo e regular da demanda das unidades de saúde, inclusive em períodos de variação do volume de resíduos;
- Estabelecimento de mecanismos eficazes de comunicação entre a Administração e o prestador do serviço, para alinhamento de rotinas, ajustes operacionais e tratamento de ocorrências;
- Disponibilização de informações e registros operacionais que permitam o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços;
- Garantia de resposta célere a situações emergenciais, evitando riscos sanitários e prejuízos à continuidade dos serviços de saúde.

## **14.FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **14.1.1. A Habilitação Jurídica**

Será comprovada mediante a apresentação de:

14.1.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual:

14.1.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;

14.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;

14.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando assim a atividade assim o exigir;





14.1.1.5. Documento de Identificação Civil (RG/CPF, CNH, ou outro documento de identificação válido com foto do Empresários/Sócios.

#### **14.1.2. Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

Será comprovada mediante apresentação de:

14.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

14.1.2.2. A inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede do prestador, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativas;

14.1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.1.2.5. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União ou da certidão Negativa positiva com Efeitos de Negativa na forma da Lei, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na lei nº 8.212/91;

14.1.2.6. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

14.1.2.7. Prova de Regularidade Trabalhista será comprovada mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de acordo a Lei nº 12440/11.

#### **14.1.3. A Qualificação Econômico-Financeira**

Será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:



14.1.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

14.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando a situação financeira e patrimonial da empresa.

14.1.3.3. A aptidão econômico-financeira do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais deverão apresentar resultado superior a 1 (um), conforme as fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

14.1.3.4. Para empresas constituídas no exercício social da licitação, será admitida a apresentação do balanço de abertura, observando-se os mesmos critérios estabelecidos para os demais licitantes.

14.1.3.5. Para empresas com menos de dois anos de existência, poderá ser exigida a documentação relativa ao último exercício social, desde que respeitada a obrigatoriedade de escrituração contábil conforme o cronograma definido pela Receita Federal do Brasil para a entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

14.1.3.6. No caso de sociedades anônimas ou companhias obrigadas à publicação das demonstrações contábeis, conforme a Lei nº 6.404/1976, deverão ser apresentadas cópias publicadas em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, contendo, no mínimo:

I – Balanço Patrimonial;

II – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);

III – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

IV – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);

V – Notas Explicativas.



14.1.3.7. Os documentos exigidos neste item poderão ser apresentados por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, dispensando-se sua apresentação física quando a Administração puder realizar a consulta eletrônica, na forma do art. 17, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

#### 14.1.4. Qualificação Técnica

14.1.4.1. Considerando que o objeto da presente contratação envolve a coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados como resíduos potencialmente perigosos (Grupos A, B e E), nos termos da RDC ANVISA nº 222/2018, da Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas ambientais aplicáveis, faz-se necessária a comprovação da regularidade técnica, sanitária e ambiental da licitante, garantindo que a execução dos serviços ocorra em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de segurança sanitária e ambiental.

Assim, para fins de habilitação técnica e ambiental, a empresa licitante deverá apresentar:

14.1.4.2. Licença Ambiental de Operação (LAO) emitida pelo órgão de controle de meio ambiente, em nome da proponente, dentro do seu período de validade, exigência da política Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da Resolução CONAMA nº 358/2005, garantindo a regularidade da operação e a mitigação de impactos ambientais;

14.1.4.3. Alvará ou Licença Sanitária válida da unidade de tratamento, expedida pela Vigilância Sanitária competente.

14.1.4.4. Alvará Sanitário atualizado ou equivalente, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou Federal que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária;

14.1.4.4.1. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal /Estadual ou Distrital da sede;

14.1.1.4.2. Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar



documento que comprove a isenção.

14.1.1.5. Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), conforme Instrução Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, do IBAMA;

14.1.1.6. Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP);

14.1.1.7. Comprovação de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de recursos ambientais (CTF/APP);

14.1.1.8. Certificado de Inspeção Veicular (CIV);

14.1.1.9. Certificado de curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP) dos motoristas;

14.1.1.10. Registro da Empresa e do(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho Regional de Química (CRQ), ou Conselho Regional de Biologia (CRBio) ou outros conselhos que regulamentem a atividade, em plena validade;

14.1.1.11. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos;

14.1.1.11.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

14.1.1.11.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

14.1.1.11.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo - RPA;

14.1.1.11.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.

14.1.1.12. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação.

14.1.5 Declaração de que disporá, por ocasião da futura contratação, de unidade de tratamento dos resíduos de saúde, devidamente licenciado pela Companhia Estadual de Tecnologia de saneamento Básico – CETESB, em nome da empresa licitante;





14.1.6 Declaração de que disporá, por ocasião da futura contratação, de veículo apropriado para realizar a coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde, de acordo com as normas NBR 12809 (manuseio) e NBR 12810 (coleta), com Certificado de Inspeção junto ao INMETRO;

14.1.7 Declaração de que disporá, por ocasião da futura contratação, de local para disposição final dos resíduos de saúde (aterro sanitário), devidamente licenciado pela Companhia Estadual de Tecnologia de saneamento Básico – CETESB, devendo constar a Razão Social e endereço completo do empreendimento;

14.1.8 Declaração indicando a disponibilidade para o tratamento dos resíduos de serviços de saúde do Grupo “B” devidamente licenciado por órgão estadual de meio ambiente, devendo constar a Razão Social e endereço completo do empreendimento;

14.1.9 Declaração que caso a empresa seja vencedora, deverá apresentar em até de 03 úteis, carta de anuência assinada pelo proprietário do aterro e da unidade para tratamento dos resíduos de serviços de saúde do Grupo “B” e licenças de operações emitida pela CETESB e/ou outro órgão, (LO) com vigência válida.

## **15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

15.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021](#), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021](#), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - Multa:

a) moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

b) moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

1. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme [art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no [art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação conforme previsão do [art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



15.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o Contratante;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no [art. 159](#).

15.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no [art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no



Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras.

15.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. São obrigações da Contratante:

16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.2. Acompanhar e Fiscalizar os serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, para que seja substituído, reparado ou corrigida;

16.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

16.4. Efetuar o pagamento a Contratada no valor correspondente a prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

16.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

16.7. Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho do objeto contratado;



16.8. Informar à Contratada nome e telefone do gestor do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;

16.9. Assegurar - se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem sendo mais vantajosos para a Secretaria Municipal de Saúde;

16.10. Zelar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.11. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer situação que possa comprometer a adequada execução dos serviços, incluindo falhas operacionais, acidentes, irregularidades ambientais ou impedimentos técnicos.

16.12. As demais obrigações da Contratante constarão detalhadamente na Minuta do Contrato anexa ao Edital.

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. São obrigações da Contratante:

17.2. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado.

17.3. Executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais definidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

17.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

17.5. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

17.6. Disponibilizar profissionais devidamente capacitados para a execução dos serviços, os quais deverão estar identificados mediante uso de crachá funcional, uniforme adequado (macacão, bata





ou avental) e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, fornecidos pela própria CONTRATADA.

17.7. Responsabilizar-se integralmente por todo o pessoal envolvido na execução dos serviços, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais, não havendo qualquer vínculo empregatício entre os trabalhadores da CONTRATADA e a CONTRATANTE.

17.8. Disponibilizar todos os equipamentos, veículos, recipientes, contentores e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.

17.9. Realizar a coleta das bombonas ou recipientes contendo resíduos de serviços de saúde, desde que devidamente acondicionados e respeitando os limites de utilização previamente estabelecidos pelas normas sanitárias.

17.10. Fornecer e assegurar o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores envolvidos nas atividades de coleta, transporte e manuseio dos resíduos.

17.11. Dispor de veículos apropriados, exclusivos e devidamente licenciados para o transporte de resíduos de serviços de saúde, observando a legislação ambiental e sanitária vigente.

17.12. Possuir e manter válidas, durante toda a vigência do contrato, as licenças ambientais e autorizações sanitárias necessárias para a execução das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

17.13. Garantir a rastreabilidade dos resíduos coletados, desde a coleta até a destinação final, mediante emissão de manifestos de transporte de resíduos, certificados de tratamento e documentos comprobatórios da destinação final ambientalmente adequada.

17.14. Apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, os certificados de tratamento e destinação final dos resíduos, bem como os registros de transporte e demais documentos que comprovem a regular execução dos serviços.

17.15. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, os serviços que apresentarem falhas, vícios ou irregularidades.

17.16. Garantir a qualidade dos serviços executados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas e pelos prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução inadequada dos serviços.





17.17. Cumprir integralmente todas as normas sanitárias, ambientais, de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

17.18 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, bem como por quaisquer danos ambientais decorrentes da execução do objeto, respondendo administrativa, civil e penalmente, nos termos da legislação vigente.

17.19. As demais obrigações da Contratante constarão detalhadamente na Minuta do Contrato anexa ao Edital.

## **18. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS:**

18.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste anual, com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, cuja data-base será a do orçamento estimado da contratação, conforme estabelece o art. 92, §4º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

## **19.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas para atender essa contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

**Órgão:** 12 – Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade Orçamentária:** 1201 – Fundo Municipal de Saúde.

**Atividade:** 2055 – Manutenção das Atividades da Atenção Primária

2057 – Manutenção das Atividades do MAC

2061 – Manutenção das Atividades da Atenção Especializadas

2063 – Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde

2058- Manutenção das Atividades do CEO

**Elementos de Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**Fonte de Recurso:** 1500.1002 - Recursos Não Vinculados de Impostos – 15%;



19.2 A alocação específica da despesa se dará conforme o planejamento anual da Secretaria, respeitadas as unidades gestoras e fontes acima discriminadas.

## **20. DA EXECUÇÃO, DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

20.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial;

20.2. A rescisão do contrato se dará nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;

20.3. No caso de rescisão provocada por inadimplemento do contratado, o contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

20.4. Quando a rescisão ocorrer nas hipóteses dos artigos 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados;

20.5. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar motivadamente providências acauteladoras;

20.6. O contrato extinguir-se-á pela implementação do seu termo final, com o integral cumprimento das obrigações nele estipuladas, e, poderá ser rescindido, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigações pactuadas, e especialmente pela ocorrência das hipóteses previstas nos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos a Contratada declara conhecer, submetendo-se irrestritamente a todas as determinações estabelecidas.

## **21. DA SUBCONTRATAÇÃO**

21.1. Considerando a especificidade e a natureza técnica do objeto, que requer controle direto da Administração e execução especializada, a subcontratação será vedada, exceto nos casos



expressamente autorizados em contrato, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021. A empresa deverá prestar o serviço com pessoal próprio e qualificado, assumindo integral responsabilidade pela execução, pelos resultados e pelo cumprimento de todos os encargos legais.

## **22. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL**

22.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução.

22.2. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

## **23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. A CONTRATADA é obrigada a fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as normas técnicas reguladoras, em estreita observância às Legislações Federal, Estadual e Municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público, procurando – dentro do possível – conduzir os serviços e o pessoal de modo a formar, perante o público, uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA.

23.2 A CONTRATADA deverá manter atualizada e disponível, durante toda a vigência contratual, a documentação técnica, ambiental e sanitária exigida para a execução dos serviços, incluindo licenças, autorizações, manifestos de transporte de resíduos (MTR) e certificados de destinação final, devendo apresentá-los sempre que solicitado pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle.

Paulo Afonso, 31 março de 2026



ROBERIO SATYRO DOS SANTOS  
JUNIOR  
NGSMS  
Assinante  
\*\*\*.790.995-\*\*  
Data: 10/04/2026 10:09:06 -03:00

Robério Satyro dos Santos Júnior

Mat. 50478812

Portaria nº 30/2026



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. 90047/2026, sob as penas da Lei:

Apresentar a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico Nº. 90047/2026, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital, assumindo toda a responsabilidade pelas informações aqui prestadas;

Por esta proposta, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Instrumento Convocatório;

Tem a presente PROPOSTA por finalidade de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, para a perfeito cumprimento das exigências desta licitação, a saber:

Item	Descrição	Unidade	Qnt	Valor unit./ Valor total:
1	XXXXXXXX	XXXXXX	xxx	

**Declaramos que,**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem;

O prazo de validade de nossa proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da abertura da licitação;

Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, tendo como prazo 12 (doze) meses, para execução do objeto licitado após a assinatura do contrato;

Estamos cientes sobre o pagamento, devido ao contratado será efetuado através de **transferência bancária, na conta**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto de conformidade da nota fiscal, junto ao processo de pagamento em cumprimento da obrigação do objeto da licitação pela Secretaria requisitante, sendo necessária a apresentação das Certidões exigidas no compromisso;

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Declaramos**, por fim que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

---

*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90047/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1- Com base no parágrafo 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021, que nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

2- A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

3- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

4- Que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

5- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

6- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

7- Que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PAULO  
AFONSO/BA, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO  
MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS E A EMPRESA  
....., COM BASE NO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026, E NO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
001522/000133/2025.**

O **MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.217.327/0001-24, com sede a Avenida Apolônio Sales, 925, Centro, Paulo Afonso/BA, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MARIO CESAR BARRETO AZEVEDO**, brasileiro, portador do RG nº 1161826955 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 024.782.075-08, com interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.704.475/0001-70, com sede na Av. Apolônio Sales, nº 663, casa, Centro, Paulo Afonso/BA, CEP.: 48.601-195, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. **ISABELE BENTEMULLER CARVALHO ROCHA**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 063.446.365-99, doravante denominado INTERVENIENTE, e a empresa ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante denominado CONTRATADA, neste ato representado por ..... (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa, nacionalidade, estado civil, profissão inscrito (a) no CPF/MF sob o nº ....., portador do RG sob o nº ....., expedido pela ...../....., residente e domiciliado na ....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 001522/000133/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90047/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**1.1** O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paulo Afonso/BA.**

1.1.1 O(s) item(ns) do objeto da contratação será(ão) discriminado(s) no **Anexo I**, do presente instrumento.

**1.2** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - O Termo de Referência;

II - O Edital da Licitação;

III - A Proposta do contratado;

IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do presente contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja formalmente demonstrado o interesse público, observada a existência de previsão orçamentária, a vantajosidade da prorrogação e a manutenção das condições contratuais originárias, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3 A eficácia legal do contrato e seus aditamentos está adstrita à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município - DOM.

**CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência/Projeto Básico.

3.2 A execução do objeto contratado será acompanhada pelos servidores \_\_\_\_\_, inscrito na matrícula nº \_\_\_\_\_, indicado pela Secretaria de Demandante, denominado(a) FISCAL DE CONTRATO, e \_\_\_\_\_, inscrito na matrícula nº \_\_\_\_\_, indicado(a) pela Secretaria de Demandante, denominado GESTOR(A) DO CONTRATO por meio de Portaria a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

ser publicada, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização, gerenciamento do contrato e a certificação da nota fiscal/fatura correspondente ao objeto executado.

**CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 A subcontratação será vedada, exceto nos casos expressamente autorizados em contrato, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

7.2 Após o interregno de um ano, havendo pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da sua proposta;

8.1.2 Acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, para que seja substituído, reparado ou corrigida;

8.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Efetuar o pagamento a Contratada, no valor correspondente a prestação de serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.5 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculado à execução do Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.7 Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho do objeto contratado;

8.1.8 Informar à Contratada nome e telefone do gestor do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;

8.1.9 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem sendo amis vantajosos para a Secretaria Municipal de Saúde;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

8.1.10 Zelar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.11 A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer situação que possa comprometer a adequada execução dos serviços, incluído falhas operacionais, acidentes, irregularidades ambientais ou impedimentos técnicos.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Cumprir integralmente as condições constantes non Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado;

9.1.2 Executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais definidos no termo de Referência e na proposta apresentada;

9.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990);

9.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

9.1.5 Disponibilizar profissionais devidamente capacitados para a execução dos serviços, os quais deverão estar identificados mediante uso de crachá funcional, uniforme adequado (macacão, bata ou avental) e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, fornecidos pela própria CONTRATADA;

9.1.7 Responsabilizar-se integralmente por todo o pessoal envolvido na execução dos serviços, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, não havendo qualquer vínculo empregatício entre os trabalhadores da CONTRATADA e a CONTRATANTE;

9.1.8 Disponibilizar todos os equipamentos, veículos, recipientes, contentores e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços previstos do Termo de Referência;

9.1.10 Realizar a coleta das bombonas ou recipientes contendo resíduos de serviços de saúde, desde que devidamente acondicionados e respeitando os limites de utilização previamente estabelecidos pelas normas sanitárias;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9.1.11 Fornecer e assegurar o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores envolvidos nas atividades de coleta, transporte e manuseio dos resíduos;

9.1.12 Dispor de veículos apropriados, exclusivos e devidamente licenciados para o transporte de resíduos de serviços de saúde, observando a legislação ambiental e sanitária vigente;

9.1.13 Possuir e manter válidas, durante toda a vigência do contrato, as licenças ambientais e autorizações sanitárias necessárias para a execução das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos;

9.1.14 Garantir a rastreabilidade dos resíduos coletados, desde a coleta até a destinação final, mediante emissão de manifestos de transporte de resíduos, certificados de tratamento e documentos comprobatórios da destinação final ambientalmente adequada;

9.1.15 Apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, os certificados de tratamento e destinação final dos resíduos, bem como os registros de transporte e demais documentos que comprovem a regular execução dos serviços;

9.1.16 Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, os serviços que apresentem falhas, vícios ou irregularidades;

9.1.17 Garantir a qualidade dos serviços executados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas e pelos prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução inadequada dos serviços;

9.1.18 Cumprir integralmente todas as normas sanitárias, ambientais, de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

9.1.19 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, bem como por quaisquer danos ambientais decorrentes da execução do objeto, respondendo administrativa, civil e penalmente, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, sempre que não que justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV - Multa:**

a) moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

b) moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação conforme previsão do art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para o Contratante;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159.

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras.

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

12.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3 Das indenizações e multas.

12.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8 O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.8.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS, para o exercício de 2026, na dotação abaixo discriminada:

**Órgão:** 12 – Secretaria Municipal de Saúde.

**Unidade Orçamentária:** 1201 – Fundo Municipal de Saúde.

**Atividade:** 2055 – Manutenção das Atividades da Atenção Primária;

2057 – Manutenção das Atividades do MAC;

2061 – Manutenção das Atividades da Atenção Especializadas;

2063 – Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde;

2058 – Manutenção das Atividades do CEO;

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**Fonte de Recurso:** 1500.1002 – Recursos Não Vinculados de Impostos – 15%;

1600.0000 – SUS Federal – Bloco de Manutenção das ASPS.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

14.1. A contratação não haverá garantia de execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e no Diário Oficial do Município - DOM.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Paulo Afonso/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Paulo Afonso/BA, .... de ..... de .....





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**MÁRIO CESAR BARRETO AZEVEDO**

Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

**ISABELE BENTEMULLER CARVALHO ROCHA**

Secretaria Municipal de Saúde  
Fundo Municipal da Saúde - FMS  
INTERVENIENTE

**XXXXXXXXXX**

Responsável Legal  
CNPJ nº XXXX  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO I**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XXXXXXXXXX	xxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
2	XXXXXXXXXX	xxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
3	XXXXXXXXXX	xxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
VALOR TOTAL					R\$ xxxxx



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO V**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

(Não se aplica)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS  
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90047/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial no Inciso I, do art.63 da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR nº.**  
**123/2006.**

**(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Equiparados)**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90047/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, e, para fins de participação no certame e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão publicada licitação, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49;

Que observarmos e atendemos plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21; Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE CARTA CREDENCIAL / PROCURAÇÃO.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do em epígrafe, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedido pela \_\_\_\_\_, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no endereço situado à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto a Prefeitura do Município de Paulo Afonso/BA, praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico Nº. **90047/2026**, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar ATAs, contratos e ou aditivos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Paulo Afonso/BA, \_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA  
DEFICIENTE E REABILITADO.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. 90047/2026, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no certame e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que cumpre as exigências do Inciso IV, do art. 63, da Lei 14.133/2021, que trata da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO - LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E**  
**DECRETO Nº 11.129/2022.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90047/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no certam e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

a) estamos cientes, conhecemos e entendemos os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome;

b) comprometemos a não praticar atos lesivos, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos;

c) comprometemos a não frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

d) compromissamos a não impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

e) compromissamos a afastar ou procurar afastar aquele licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

f) compromissamos a não fraudar licitação pública, ATA ou contrato dela decorrente;

g) compromissamos a não criar de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar ATA ou contrato administrativo;

h) compromissamos não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA sem expressa autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

i) compromissamos a não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro, o reequilíbrio econômico-financeiro ou aditivos dos contratos celebrados com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA;

j) A empresa licitante declara ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, e, concorda que a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA terá o direito de realizar procedimento de fiscalização e ou auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

---

***Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante***

***(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)***



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA –**  
**CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CF**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90047/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, e de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, em consonância ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA A  
HABILITAÇÃO;**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90047/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90047/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XIV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS INCISOS II E IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CF/88.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. 90047/2026, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Não possuímos, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XV**

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**Ref: Processo Administrativo nº. 001522/000133/2025, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90047/2026.**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA.

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico N°. 90047/2026, **informamos** de responsabilidade exclusiva, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, que, caso venhamos a vencer este certame todos os dados necessários para celebração do contrato, senão vejamos:

**EMPRESA:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**EMAILS:**

**TELEFONES:**

**REPRESENTANTE:**

**CPF:**

**RG:**

**ENDERECO:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**EMAILS:**

**TELEFONES:**

**DADOS BANCARIOS:**

**BANCO:**

**AGENCIA**

**CONTA:**

**PRESTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:** ( ) Caução ( ) Seguro-garantia ( ) Fiança bancária;

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*